

Princípios Orçamentários

Os princípios orçamentários são um conjunto de regras e diretrizes que orientam a elaboração, execução e controle do orçamento público.

↳ Os princípios visam garantir uma gestão responsável e transparentes dos recursos públicos, assegurando que os recursos sejam aplicados de forma eficiente e de acordo com os interesses da sociedade.

▷ **PRINCÍPIO DA LEGALIDADE:** o orçamento público deve ser elaborado e executado de acordo com a legislação vigente.

Todas as receitas e despesas devem estar previstas em lei, garantindo que a alocação dos recursos seja feita de forma autorizada e transparente.

▷ **PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE:** o orçamento deve abranger todas as receitas e despesas da adm. pública incluindo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como os órgãos e entidades da adm. direta e indireta.

▷ **PRINCÍPIO DA ANUALIDADE:** o orçamento público tem vigência anual, ou seja, deve ser elaborado e executado por um período de um ano fiscal. Ao final de cada ano, um novo orçamento é elaborado por o exercício seguinte.

▷ **PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE:** A lei orçamentária deve tratar apenas de assuntos financeiros e orçamentários, não podendo conter dispositivos estranhos a essa técnica.

▷ **PRINCÍPIO DA UNIDADE:** o orçamento deve

___/___/___

ser único, abrangendo todas receitas e despesas do setor público, evitando fragmentações que dificultem a visão global das finanças públicas.

▷ **PRINCÍPIO DA ESPECIALIZAÇÃO DAS DESPESAS:** as despesas devem ser classificadas de maneira detalhada, por categorias econômicas e por programas de trabalho, de modo que se tenha mais controle e fiscalização de gastos.

▷ **PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE:** todos os orçamentos devem ser acessíveis à sociedade, de forma que possibilite o controle social e fiscalização de recursos públicos.

▷ **PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO:** o orçamento deve buscar um certo equilíbrio entre receitas e despesas, de forma que evite déficits excessivos que comprometam a estabilidade econômica e financeira do Estado.

▷ **PRINCÍPIO DA NÃO AFETAÇÃO DAS RECEITAS:** as receitas públicas devem ser utilizadas de forma livre, não podendo ser vinculadas a despesas específicas, a menos que haja previsão constitucional ou legal p/ tal.